

MISSAO EVANGELICA CAIUA
 CNPJ:03.747.268/0001-80 NR:420 - 08/08/1975
 Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas
 DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO ENCERRADO 31/12/2022

(Em reais)

		2022	2021			2022	2021
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Entidade - Sem Restrição				Obrigações Entidade - Sem Restrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 13A	2.840.527,13	2.675.381,59	Fornecedores	Nota 15A	117.245,19	56.938,75
				Emprestimos	Nota 15C	0,00	170.600,00
Creditos a Receber	Nota 13B	15.733,03	25.062,28	Obrigações com Pessoal	Nota 15D	221.410,46	176.236,69
				Obrigações Sociais	Nota 15E	51.140,19	41.581,74
Ações Judiciais	Nota 13B	81,00	3.629,63	Obrigações Fiscais	Nota 15F	19.512,69	17.182,08
				Obrigações Diversas	Nota 15G	408.367,33	390.612,13
Valores a Recuperar	Nota 13F	217,59	270,16	Subvenções a realizar	Nota 16	2.631.994,22	568,36
				Total do Circulante - Sem Restrição		3.449.670,08	853.719,75
Adiantamentos	Nota 13G	2.695,87	10.373,50	Obrigações Convênios - Com Restrição			
				Fornecedores	Nota 15B	106.758,64	10.763,52
Estoques	Nota 13I	1.496.873,50	1.333.122,70	Obrigações com Pessoal	Nota 15H	18.785.810,48	13.603.402,71
				Obrigações Sociais	Nota 15I	3.202.647,41	3.104.766,97
Despesas Antecipadas	Nota 13k	22.491,44	48.755,56	Obrigações Fiscais	Nota 15J	3.797.763,49	3.512.116,19
				Obrigações Diversas	Nota 15K	1.804.191,13	2.655.197,25
Total do Circulante Entidade -Sem Restrição		4.378.619,56	4.096.595,42	Subvenções a realizar	Nota 16	216.181.758,18	141.237.811,35
Convênios - Com Restrição				Total do Circulante - Com Restrição		243.878.929,33	164.124.057,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 13B	242.125.148,41	161.764.003,56	TOTAL DO CIRCULANTE		247.328.599,41	164.977.777,74
				NÃO CIRCULANTE			
Creditos a Receber	Nota 13E	1.519.756,06	3.700,18	Com Restrição			
				Passivo Contingencial			
Adiantamentos	Nota 13H	207.242,96	0,00	Ações Judiciais Contingenciais	Nota 17A	8.890.656,45	9.131.872,88
				Total do Passivo Contingencial		8.890.656,45	9.131.872,88
Estoque	Nota 13J	11.536,39	16.030,32	Sem Restrição			
				Emprestimos			
Total do Circulante Convênios - Com		243.863.683,82	161.783.734,06	Emprestimos	Nota 19	690.000,00	690.000,00

Restrição							
TOTAL DO CIRCULANTE		248.242.303,38	165.880.329,48	Total do Emprestimo		690.000,00	690.000,00
NÃO - CIRCULANTE				Subvenção a Realizar			
Entidade -Sem Restrição				Convenio 219/2020	Nota 20	4.534.871,04	7.126.225,92
Imobilizado	Nota 14	1.458.882,25	1.021.121,40	Total do Emprestimo		4.534.871,04	7.126.225,92
Ações Judiciais - Contingenciais			0,00	Total do Não Circulante Com Restrição		5.224.871,04	16.948.098,80
Total do Não Circulante Entidade - Sem Restrição		1.458.882,25	1.021.121,40	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.115.527,49	16.948.098,80
Convênios - Com Restrição				PATRIMONIO LIQUIDO			
Ações Judiciais - Contingenciais	Nota 13L	8.890.656,45	9.131.872,88	Patrimonio Social	Nota 22	1.233.673,14	1.488.239,14
Subvenções a Realizar - Conv. 2019-2020	Nota 13N	4.534.871,04	7.126.225,92	Ajustes de Exercicios Anteriores	Nota 23	-23.797,71	82.496,99
Total do Não Circulante Convênios - Com Restrição		13.425.527,49	16.258.098,80	Deficit do Exercicio	Nota 21	472.710,79	-337.062,99
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.884.409,74	17.279.220,20	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		1.682.586,22	1.233.673,14
TOTAL DO ATIVO		263.126.713,12	183.159.549,68	TOTAL DO PASSIVO		263.126.713,12	183.159.549,68

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF -117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120.72
CRC/MS-010510/O-0

MISSAO E VANGELICA CAIUA

CNPJ:03.747.268/0001-80

NR:420 - 08/08/1975

Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N,

Bairro : Chacaras Caiuas

DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMPARATIVO PELO METODO DIRETO EM 31/12/2022

VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES

		2022	2021	2021
			Reapresentado	
Redução (aumento) de Ativos		4.724.032,87	2.781.205,85	2.781.205,85
Contas a Receber	Nota 13D 13E	419.332,14	463.195,82	463.195,82
Receitas	Nota 13J 24 25	4.304.700,73	2.318.010,03	2.318.010,03
Aumento (redução) de Passivos		76.048.607,59	16.618.782,91	23.745.008,83
Salários e Encargos Sociais do Pessoal	Nota 15D 15E 15H 15I	-222.814.037,70	-207.213.021,10	-207.213.021,10
Contribuições Fiscais, Impostos e Taxas	Nota 15F 15G 15J 15K	-20.568.546,98	-19.253.934,12	-19253934,12
Outros Pagamentos	Nota 13D 13F 13H 13C	322.909.048,70	247.070.910,40	254197136,3
Adiantamentos	Nota 13G 13I	584.314,28	-2.323.775,51	-2.323.775,51
Fornecedores	Nota 15A 15B	2.893.542,18	-1.661.396,69	-1.661.396,69
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Imobilizado	Nota 14	-75.750,07	-97.932,10	-97.932,10
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-75.750,07	-97.932,10	-97.932,10
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de Empréstimos	Nota 19	-170.600,00	-200.000,00	-200.000,00
Empréstimos Tomados	Nota 13C	0,00	170.600,00	170.600,00
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-170.600,00	-29.400,00	-29.400,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-80.526.290,39	-19.272.656,66	-26.398.882,58
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Periodo	13A	164.439.385,15	145.166.728,49	145.166.728,49
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Periodo	13B	244.965.675,54	164.439.385,15	171.565.611,07

GERALDO SILVEIRA FILHO

PRESIDENTE

CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA

CONTADORA

CPF - 809.843.120-72

CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA

CNPJ:03.747.268/0001-80

NR:420 - 08/08/1975

Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas

DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO EM 31/12/2021

Descrição	Nota	Patrimônio Social	Ajuste de Exerc. Ant.	Superávit/ Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2020		703.301,15			
Superavit do Período	21			-337.062,99	
Ajustes de Exercícios Anteriores	23		82.496,99		
Transferência do Déficit do Exercício Anterior	22	784.937,99			
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior					
Saldo em 31/12/2021		1.488.239,14	82.496,99	-337.062,99	1.233.673,14
Deficit do Período	21			472.710,79	
Ajustes de Exercícios Anteriores	23		-23.797,71		
Transferência do Superavit Exercício Anterior	22	-337.062,99			
Transferência do Ajuste do Exercício Anterior	22	82.496,99			
Saldo em 31/12/2021		1.233.673,14	-23.797,71	472.710,79	1.682.856,22

GERALDO SILVEIRA FILHO

PRESIDENTE

CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA

CONTADORA

CPF - 809.843.120-72

CRC/MS-010510/O-0

MISSAO EVANGELICA CAIUA

CNPJ:03.747.268/0001-80

NR:420 - 08/08/1975

Posto Indigena - Chacara dos Caiuas , S/N, Bairro : Chacaras Caiuas

DOURADOS - MS CEP : 79.812-050

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO 31/12/2021

(Em reais)

Em 31 de dezembro de

Receitas Operacionais - Sem Restrição	NOTA	2022	2021
Área da Saúde			
Igrejas	24	515.319,00	154.900,00

Doações	24	95.506,63	457.348,67
Voluntariado	24	53.677,76	53.677,78
Outras Receitas	24	878.311,50	80.115,24
Administração			
Igrejas	24	341.158,85	356.730,63
Igrejas Estrangeiras	24	43.625,70	28.470,04
Doações	24	1.021.217,69	203.161,74
Outras Receitas	24	1.769.560,55	1.452.529,06
Instituto			
Igrejas	24	73.674,40	19.552,40
Doações	24	22.290,78	203.027,74
Voluntariado	24	152.657,36	76.034,24
Outras Receitas	24	1.995,50	79.830,00
Campos			
Igrejas	24	164.182,38	26.918,14
Doações	24	0,00	203.027,74
Voluntariado	24	225.446,57	168.723,18
Outras Receitas	24	0,00	136.999,92
Educação			
Outras Receitas	24	21.000,00	0,00
Doações	24	12.137,88	0,00
Total das Receitas Operacionais - Sem Restrição		5.391.762,55	3.701.046,52
Receitas Subvenções - Com Restrição	16	249.374,520,26	233.252.798,81
Total das Receitas Operacionais - Com Restrição		249.374.520,26	233.252.798,81
Receita Líquida		254.766,282,81	236.953.845,33
Despesas Operacionais - Sem Restrição			
Voluntariado	26	53.677,76	-53.677,78
Doações	26	-375.463,56	-457.348,67
Despesas Administrativas	26	-2.058.348,92	-1.095.485,63
Área da Administração			
Administrativas	26	-547.766,31	-607.745,52
Gerais de São Paulo	26	-92.649,56	-84.619,46

Gerais de Amambai	26	-39.678,27	-22.824,38
Administrativas Conv. São Francisco	26	-37.563,87	-25.455,68
Financeiras de São Paulo	26	-1.305,14	-1.111,30
Financeiras	26	-29.442,32	-22.877,52
Doações	26	-295,50	-865,52
Tributárias	26	-32,78	-1.174,45
Indedutíveis	26		-937,09
Juridico	26	-7.617,11	-206.559,71
Instituto			
Doações	26	-22.290,78	-203.027,74
Voluntariado	26	-152.657,36	-76.034,24
Administrativas	26	-140.688,76	-132.797,60
Campos			
Doações	26	-22.571,09	-203.027,74
Voluntariado	26	-225.446,57	-168.723,18
Administrativas	26	-447.628,10	-424.816,29
Assistencia Social			
Doações	26	-718.394,17	-203.027,74
Educação			
Administrativas	26	-9.676,83	0,00
Doações	26	-12.137,88	0,00
Total de Despesas Sem Restrição		-4.995.332,64	-3.992.137,24
Despesas Subvenção - Com Restrição	16	-249.374.520,26	233.252.798,81
Total das Despesas Subvenções - Com Restrição		-249.374.520,26	233.252.798,81
Receitas Financeiras - Sem Restrição			
Receitas Financeiras	25	13.747,13	5.353,95
Receitas Financeiras São Paulo	25	121,81	73,04
Total Receitas Financeiras - Sem Restrição		13.868,94	5.426,99
Receitas Diversas - Sem Restrição			
Ganhos Diversos	25	232.765,26	259.858,72
Ganhos Diversos - Amambai		3.840,00	
Total Receitas Diversas - Sem Restrição		236.605,26	259.858,72

Despesas Não Operacionais - Sem Restrição

Perdas Diversas	25	-56.720,98	-197.082,23
Perdas Diversas - Amambai		-525,00	0,00
Total Despesas Não Operacionais - Sem Restrição		-57.245,98	-197.082,23

Encargos do Período - Sem Restrição

Encargos do Período	26	-116.947,34	-114.175,75
SUPERAVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO			-337.062,99

GERALDO SILVEIRA FILHO

PRESIDENTE

CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA

CONTADORA

CPF - 809.843.120-72

CRC/MS-010510/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022****NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, CNPJ 03.747.268/0001-80 é uma pessoa jurídica de direito privado de caráter assistencial integral a população indígena, com sede no posto indígena, s/nº, CEP 79.812-050, Chácara Caiuás, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança e, que tem por finalidade precípua, a promoção e assistência à saúde e educação infantil, o ensino fundamental, prestação de serviços de assistência social, desde o ano de 1928, cumprindo fielmente seus estatutos sociais e a legislação aplicável. Por tratar-se de entidade Filantrópica sem fins econômicos é reconhecida de utilidade pública Municipal (Lei nº 689 de 23/11/67), Estadual (Lei nº 283 de 26/06/68) e Federal (Lei nº 85602 de 30/12/80), Registro no CEBAS junto ao Ministério da Saúde sob nº 25000.111555/2015-00, Parágrafo único da PORTARIA Nº 1.452, de 23/12/2019, a renovação tem validade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018. Novos processos protocolizados tempestivamente pedido de renovação em 26/11/2018, conforme processo nº 2500.203475/2018-14; 2500.173748/2022-75 para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, protocolizada em 20/12/2022 ainda cuja certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para as entidades sem finalidades de lucros, Resolução 1.409/12, que aprovou a Resolução Técnica ITG 2002-R1, combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) contabilidade para pequenas e médias empresas. Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2022, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis de 31/12/2021.

NOTA 03 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 04 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

NOTA 05 – CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 06 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 07 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é isenta à incidência das contribuições sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09, regulamentada pela Lei 8.242/2014.

NOTA 08 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma instituição social, sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 09 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 28 do Estatuto Social);
- Aplicam suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 26 do Estatuto Social);
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 25, § Único, do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde *não* direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 32 do Estatuto Social);
- Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07 (art.1º, 2º, do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (Cinco) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovam a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 10 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ possui o Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS junto ao Ministério da Saúde sob nº 25000.111555/2015-00, Parágrafo único da PORTARIA N° 1.452, de 23/12/2019, a renovação tem validade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018. Novos processos protocolizados tempestivamente pedido de renovação em 26/11/2018, conforme processo nº 2500.203475/2018-14; 2500.173748/2022-75 para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021, protocolizada em 20/12/2022 ainda cuja certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo as contribuições sociais usufruídas.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Registra-se que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal) da **Entidade**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2022, no montante de R\$ 1.460.931,83 (Um milhão, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos). Indica-se ainda, nestas notas explicativas, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS patronal), geradas nos **Convênios**, como se devido fosse usufruída durante o ano calendário de 2022, foram no montante de R\$ 84.857.188,67 (Oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), relativos aos encargos relacionados abaixo:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais.
- RAT/SAT 3,27%
- Terceiros 5,8%
- 15% sobre serviços prestados por cooperativas.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a **MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ** optou foi o **DIRETO**.

NOTA 12 – FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do ambiente econômico que a entidade opera.

NOTA 13 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Direitos / Circulante e Não Circulante – Os direitos da entidade foram contabilizados de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis até o final do exercício seguinte classificados no Ativo Circulante, enquanto que os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Ativo Não Circulante.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição - Entidade - Os valores classificados no ativo circulante nas contas caixa, bancos conta movimento e aplicações com liquidez imediata, refere-se às disponibilidades da entidade para aplicações em despesas contratadas e eventuais.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	177,83	222,79
Bancos	92.919,70	14.190,47
Aplicações	115.435,39	334.815,94
	<u>208.532,92</u>	<u>349.229,20</u>

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição - Convênios - Os valores classificados nas contas bancos conta movimento, aplicações com liquidez imediata e cadernetas de poupança, refere-se aos saldos dos recursos provenientes dos convênios firmados com a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, Prefeitura Municipal de Amambai e outros, para aplicações em despesas já contratadas. Os valores estão demonstrados pelos valores originais aplicados, acrescidos quando for o caso, dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos	100.600,32	21.673,28
Aplicações/Poupança	57.396.996,88	75.760.793,49
	<u>57.497.597,20</u>	<u>75.782.466,77</u>

c) Subvenções a Receber com restrição / Circulante – Registram-se nesta rubrica os valores contratados que ainda não foram recebidos, referentes aos convênios de parcerias firmados com a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena e Prefeitura Municipal de Dourados cujos valores são utilizados no objeto dos convênios.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenções a receber - Convênios	184.627.551,21	85.981.536,79
Subvenções a receber - Conv. 219/2020 - PMD	2.631.994,21	2.326.152,39
	<u>187.259.545,42</u>	<u>88.307.689,18</u>

d) Contas a Receber - Sem Restrição - Entidade - Registram-se nesta rubrica os valores a receber da entidade, referentes a pagamentos a maior para funcionários, ação judicial referente cheque compensado a maior, bloqueio judicial, pagamentos em duplicidade ou a maior a fornecedores e valores a receber de funcionários referente ao plano de saúde HapVida.

	2022	2021
Valores a Receber HapVida	1.821,56	1.389,00
Contas a Receber - Funcionários	2.005,01	4.063,29
Ações Judiciais	4.800,00	4.800,00
Contas a Receber - Diversas	7.106,46	11.855,50
Bloqueio Judicial	81,00	3.629,63
	15.814,03	25.737,42

e) Contas a Receber - Com Restrição - Convênios - Registram-se nesta rubrica contas a receber referente FGTS rescisório e empréstimos para outros convênios.

	2022	2021
Contas a Receber - Convênios	1.519.756,06	2.952,90
Contas a Receber - Amambai	0,00	3.700,18
	1.519.756,06	6.653,08

f) Valor a Recuperar - ISS - Sem Restrição – Entidade - Registra-se nesta rubrica ISS a recuperar da entidade, os quais serão objetos de compensação em 2023.

	2022	2021
IRRF a Recuperar	0,00	42,09
PIS, COFINS, CSLL a Recuperar	0,00	37,92
ISS a Recuperar	217,59	190,15
	217,59	270,16

g) Adiantamentos –Sem Restrição – Entidade - Registra-se nesta rubrica os valores originais referentes adiantamentos de férias e fornecedores.

	2022	2021
Adiantamentos	2.695,87	10.373,50
	2.695,87	10.373,50

h) Adiantamentos – Com Restrição – Convênio - Registra-se nesta rubrica os valores originais referente recursos solicitados os quais serão utilizados em 2023.

	2022	2021
Adiantamentos OBTV	207.242,96	0,00
	207.242,96	0,00

i) Estoques / Circulante - Sem Restrição - Entidade - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes na entidade referente a medicamentos e materiais de uso e consumo adquiridos para atendimento exclusivo da população indígena, avaliados pelo preço de custo de aquisição.

Deste 10/2020 devido a problemas internos o saldo do estoque de medicamento está sendo contabilizado repetitivamente, apresentando assim divergências reais de saldos.

Os valores referentes o estoque de grãos, são originados do reconhecimento do contrato de arrendamento:

- Fazenda Caiuana: Prazo de Arrendamento 01/10/2018 a 30/09/2023, totalizando 4.464 sacas de soja e 2.480 sacas de milho anual. No encerramento do Exercício 2022 a entidade registrou um estoque de soja no valor de R\$ 1.344.744,00 (Um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais) que refere-se a 3.400 sacas no valor R\$ 581.400,00 (quinhentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais) disponível para comercialização e 4.464 sacas no valor de R\$ 763.344,00 (setecentos e sessenta e três mil e trezentos e quarenta e quatro reais) registradas conforme contrato de arrendamento vigente, os quais estão pendentes de recebimento em 31/12/2022.
 - Fazenda Itapoty (Amambai): Prazo de Arrendamento 16/07/2020 a 01/10/2026, 160 sacas de soja e 160 sacas de milho anual. O milho vai ser pago pelo preço de pauta de soja.
- A contabilização do contrato é feita dentro curto prazo, os recebimentos em produtos e avaliados pelo preço de pauta.

	2022	2021
Medicamentos	87.149,50	87.149,50
Milho - Entidade	0,00	35.575,20
Soja - Entidade	1.344.744,00	1.186.878,00
Milho - Amambai	37.620,00	23.520,00
Soja - Amambai	27.360,00	0,00
	1.496.873,50	1.333.122,70

Estoques / Circulante - Com Restrição - Convênios - Registra-se nesta rubrica os estoques existentes no convênio referentes a materiais de limpeza, materiais de expediente e gêneros alimentícios do convênio Mato Grosso do Sul, avaliados pelo preço de custo de aquisição.

	2022	2021
Material de Expediente	6.464,18	9.764,08
Material de Limpeza	4.419,26	4.764,88
Gêneros Alimentícios	652,95	0,00
	11.536,39	14.528,96

Despesas Antecipadas – Sem Restrição - Registra-se nesta rubrica os valores referentes a seguros apropriar de veículos e Auditoria Independente.

	2022	2021
Prêmios de Seguros	999,43	944,50
Assessoria Técnica/Software	0,00	17.169,90
Auditoria Independente	19.710,00	29.750,00
Seguros Apropriar - São Paulo	1.782,01	891,16
	22.491,44	48.755,56

- j) Contas a Receber com restrição e sem restrição / Não Circulante** - Registra-se nesta rubrica os valores relativos a ações trabalhistas em trâmite, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber dos convênios e entidade, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental.

	2022	2021
Ações Judiciais Contingenciais - Convênios	8.890.656,45	9.131.872,88
	8.890.656,45	9.131.872,88

k) Subvenções a Realizar – Sem Restrição - Registra-se nesta rubrica o valor referente convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em períodos superiores a 12 meses do encerramento do balanço.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Convênio 219/2020	4.534.871,04	7.126.225,92
	4.534.871,04	7.126.225,92

NOTA 14 – ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado da entidade foram registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação, calculada pelo método linear, mediante aplicações de taxas pré-determinadas pelo Governo Federal para cada item, que levam em conta o tempo útil econômico dos bens.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO ENTIDADE EM 31/12/2022

Rubrica Contábil	Taxa Anual de Depreciação	Saldo 2022	Adições	Baixas	Saldo 2021
Computadores e Periféricos	20%	98.288,88	38.405,23		59.883,65
Construção em Andamento	-	160.367,25	160.367,25	1.950,00	1.950,00
Edificações	4%	1.070.975,21	1.950,00		1.069.025,21
Ferramentas e Aparelhos	10%	5.118,00	2.049,00		3.069,00
Imóveis	-	4.567,27			4.567,27
Instalações Gerais	10%	11.374,54			11.374,54
Maquinas e Equipamentos	10%	504.854,42	103.011,77		401.842,65
Móveis Utensílios e Instalações	10%	192.143,60	168.500,00		23.643,60
Telefone	20%	4.499,10			4.499,10
Veículos	20%	456.138,46	14.697,41		441.441,05
TOTAL		2.508.326,73	488.980,66	1.950,00	2.021.296,07

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO SÃO PAULO 31/12/2022

Rubrica Contábil	Taxa Anual de Depreciação	Saldo 2022	Adições	Baixas	Saldo 2021
Veículos	20%	15.815,00			15.815,00
TOTAL		15.815,00			15.815,00

NOTA 15 – PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações sem restrição e com restrição / Circulante - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis e exigíveis até o final do exercício seguinte classificados no Passivo Circulante.

a) Fornecedores Entidade - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a fornecimentos de materiais, insumos diversos e serviços contratados relacionados as atividades da entidade lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entradas.

	2022	2021
Fornecedores	117.245,19	56.938,75
	117.245,19	56.938,75

b) Fornecedores Convênios - Os valores contabilizados no passivo circulante como fornecedores referem-se a serviços contratados relacionados às atividades dos convênios, lançados pelo valor original, obtidos nas notas fiscais de entrada.

	2022	2021
Fornecedores	106.758,64	10.763,52
	106.758,64	10.763,52

c) Empréstimos – Entidade - O valor refere-se ao empréstimo concedido pela Tesouraria Supremo Concílio IPB no ano de 2021 o qual foi pago no ano de 2022.

	2022	2021
Tesouraria Supremo Concílio - IPB	0,00	170.600,00
	0,00	170.600,00

d) Obrigações com Pessoal - Sem Restrição – Entidade

	2022	2021
Obrigações com Pessoal	221.410,46	176.236,69
	221.410,46	176.236,69

e) Obrigações Sociais - Sem Restrição – Entidade

	2022	2021
Obrigações Sociais	51.140,19	41.581,74
	51.140,19	41.581,74

f) Obrigações Fiscais - Sem Restrição – Entidade

	2022	2021
Obrigações Fiscais	19.512,69	17.182,08
	19.512,69	17.182,08

g) Obrigações Diversas - Sem Restrição – Entidade

	2022	2021
Obrigações Diversas	409.932,85	390.612,13
	409.932,85	390.612,13

h) Obrigações com Pessoal - Com Restrição – Convênios

	2022	2021
Obrigações com Pessoal	18.785.810,48	13.603.402,71

18.785.810,48	13.603.402,71
----------------------	----------------------

i) Obrigações Sociais - Com Restrição – Convênios

	2022	2021
Obrigações Sociais	3.202.647,41	3.104.766,97
	3.202.647,41	3.104.766,97

j) Obrigações Fiscais - Com Restrição – Convênios

	2022	2021
Obrigações Fiscais	3.797.763,49	3.512.116,19
	3.797.763,49	3.512.116,19

k) Obrigações Diversas - Com Restrição – Convênio

	2022	2021
Obrigações Diversas	1.729.497,71	156.783,12
	1.729.497,71	156.783,12

Ordenados, Rescisões, Férias e 13º Salário a Pagar - Entidade e Convênios: Refere-se a valores líquidos de 11/2022 e 12/2022 e diferenças a pagar a funcionários, os quais serão pagos em 2023.

INSS, FGTS e PIS - Entidade e Convênios: Valores provisionados referentes ao FGTS, INSS e PIS s/folha de pagamento, os quais serão pagos no início do mês de janeiro de 2023.

Contribuição Sindical e Assistencial - Entidade e Convênios: Valores descontados dos funcionários em folha de pagamento, que serão repassados aos credores em 2023.

IRRF, ISS, PIS, COFINS e CSLL Retidos - Entidade e Convênios: Valores retidos em folha de pagamento por ocasião dos pagamentos de salários e de notas fiscais de prestação de serviços, sujeitas a retenções tributárias, que serão repassados ao ente arrecadador no início do mês de janeiro de 2023.

Cheques a compensar - Entidade - Valores referentes a emissões de cheques para pagamentos de despesas em 2022 que serão compensados em 2023.

Pensão Alimentícia e Seguro de vida a Pagar - Convênios: Valores descontados em folha de pagamento dos funcionários, os quais serão repassados aos credores em 2023.

Contas a Pagar - Convênios: Os valores referem-se a alugueis e provisões do mês de 12/2022 e 01-2023 respectivamente e empréstimos tomados de outros convênios os quais serão pagos em 2023.

Contas a Pagar – Entidade: Os valores referem-se a descontos indevidos de funcionário, os quais serão pagos em 2023.

NOTA 15.1 – PROVISÕES CONTÁBEIS

A entidade está em contato com os responsáveis do sistema contábil utilizado, para resolver e compreender as razões pelas quais os relatórios gerados não apresentam as informações corretas. Por esse motivo as informações não foram incluídas nas demonstrações contábil do exercício 2022, e estamos trabalhando para que as mesmas sejam processadas no exercício de 2023.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES CONVÊNIOS PÚBLICOS Os ingressos de subvenções são recursos provenientes de convênios de parcerias firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas, cujos valores repassados foram usados no objeto dos convênios, previamente definidos pelo Ministério da Saúde/SESAI, Prefeitura Municipal de Amambai e Prefeitura Municipal de Dourados, mantendo em torno de 4.719 funcionários, realizando ações complementares de Saúde atendendo cerca de 5.871.735 indígenas. No exercício de 2022 os valores executados atingiram o montante de R\$ 249.374.520,26 (Duzentos e

quarenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e vinte e seis centavos), restando um montante de R\$ 218.886.880,30 (Duzentos e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, oitenta e oitenta reais e trinta centavos) a realizar.

	2022	2021
Subvenções Realizadas	249.374.520,26	233.252.798,81
Subvenções a Realizar	218.886.880,30	143.736.793,84
	468.261.400,56	376.989.592,65

NOTA 16.1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS – GLOSAS

A entidade encontra-se com processos administrativos de análise de contas dos convênios firmados em 2011, concluídos. Nestes foram apontadas glosas, tendo as mesmas sido incluídas como dívida ativa perante a União Federal. Os valores não foram incluídos no balanço contábil, considerando que ocorreu a suspensão da inadimplência por determinação judicial, tendo em vista que há divergências jurídicas sobre as glosas apontadas. Os processos administrativos estão junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, em sede de tomada de conta especial, podendo ocorrer a reversão das glosas e ainda há requerimento administrativo junto ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, requerendo a revisão da decisão, considerando a divergência jurídica existente sobre a interpretação que indica glosas de alguns elementos de despesas.

NOTA 17 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Não Circulante – com restrição - As obrigações da entidade foram contabilizadas de acordo com o grau de exigibilidade, sendo os realizáveis após o término do exercício seguinte classificados no Passivo Não Circulante.

- a) **Provisão Contingencial Provável - Convênios** – Os valores registrados como passivo contingencial no grupo Passivo não circulante, conforme tabela abaixo, se refere a ações trabalhistas, consideradas como prováveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. A contabilização em contas a receber, no grupo ativo não circulante, se justifica, pois, caso haja conclusão desfavorável, os valores serão arcados pelos convênios, ou seja, o ente governamental.

Tal entendimento é consolidado, pois o real tomador dos serviços trabalhistas que geram essas ações é o próprio ente federal concedente dos convênios, conforme se depreende das ações julgadas em última instância, conforme acórdãos – processo 0000350-37.2012.5.14.0071 do TST e processo TST-AIRR-115-45.2011.5.11.0053, cópias anexas, onde ficaram explícitas, tanto a solidariedade quanto a subsidiariedade. Desta forma, todo o eventual passivo ou ônus de tais ações, onde não houver dolo ou falha da conveniente (MEC) deverá ser arcado e suportado com recursos do próprio convênio, ou seja, do ente governamental. Ressalte-se ainda que ao longo desses anos em que a entidade vem se relacionando com o governo federal através dos convênios no âmbito do subsistema de atenção em saúde Indígena (SASI/SUS), sempre lançou mão da utilização de recursos de aplicação financeira, recursos estes que podem e devem ser utilizados no objeto dos convênios, para fazerem frente a estas despesas. Razoável ainda perceber, que assim como os valores convencionais não devem contabilmente ser considerados como receitas da entidade, tais ônus, não são gerados por culpa de má execução ONG, também não devem onerar seu balanço, devendo sim, ser suportado pelo real tomador dos serviços.

	2022	2021
Provisão Contingencial Provável	8.890.656,45	9.131.872,88
	8.890.656,45	9.131.872,88

- b) **Passivo Contingencial Possível** – Os dados abaixo se referem a ações trabalhistas que estão tramitando na justiça, as quais não foram provisionadas contabilmente, pois não são prováveis, sendo consideradas possíveis, com grau de risco e valor estimado pelos advogados responsáveis pelos processos, cujo percentual de decisão desfavorável, de acordo com o fator histórico, é de apenas 3% (Três por cento), não sendo possível estimar a data de conclusão dos processos. Importante salientar que em caso de perda das ações mencionadas neste tópico, elas estão nas mesmas condições das ações mencionadas no tópico anterior.

	2022	2021
Passivo Contingencial - Possível	2.759.089,56	2.147.968,56
	2.759.089,56	2.147.968,56

NOTA 19 - EMPRESTIMOS

A Entidade possui empréstimos efetuados junto ao Tesouraria Supremo Concílio IPB, contabilizados no passivo não circulante por não ter prazo definido para pagamento.

2022	2021
-------------	-------------

Tesouraria Supremo Concilio IPB	690.000,00	690.000,00
	690.000,00	690.000,00

NOTA 20 - SUBVENÇÕES A REALIZAR

Registra nesta nota o valor de R\$ 4.534.871,04 (Quatro Milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e quatro centavos) referente convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Dourados cujo o recebimento ocorrerá em período superior a 12 meses do encerramento do balanço.

	2022	2021
Convênio 219/2020 PMD	4.534.871,04	7.126.225,92
	4.534.871,04	7.126.225,92

NOTA 21 – SUPERAVIT DO EXERCÍCIO

O Superavit do exercício de 2022 foi de R\$ 472.710,79 sendo que R\$ R\$ 222.236,59 (Duzentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos) operacional e R\$ 250.474,20 (duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) não operacional, o qual será incorporado ao patrimônio social após aprovação em assembleia, em conformidade com as exigências legais estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 14 que revogou a Resolução CFC nº 877/2000 (NBCT 10.19) que descreve o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 22- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é composto do patrimônio líquido inicial, acrescido dos superávits e subtraído dos déficits ocorridos e registros de ajustes pertinentes ao longo da existência da entidade, totalizando na data de encerramento do balanço o valor de R\$ 1.682.586,22 (Um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos).

NOTA 23 - AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo saldo final no valor de R\$ 23.797,71 (vinte e três mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos) é decorrente de efeitos provocados por erro imputável a exercícios anteriores, cujo saldo será transferido para o patrimônio social após a aprovação da assembleia. No exercício de 2022, ocorreram os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

	2022	2021
Ajuste de Exercícios Anteriores	23.797,71	82.496,99
	23.797,71	82.496,99

NOTA 24 - RECEITAS DA ENTIDADE

Receitas da entidade - As receitas da entidade são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de recursos originados de convênios com órgãos públicos, sendo reconhecidas pelo seu valor original, segregadas em contas específicas que identificam suas origens.

A entidade recebeu um montante no valor de R\$ 299.749,04 (Duzentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos) referente diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários de janeiro de 1989 - Plano Verão, o qual foi incorporado ao montante de 2.199.988,11 (Dois Milhões, cento e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos) conforme quadro a baixo e serão utilizados para suprir as despesas da entidade.

	2022	2021
Entidade	2.119.988,11	1.701.743,56
Hospital	1.393.630,50	235.015,24
Instituto	75.669,90	99.382,40
Campos	164.182,38	163.918,06
São Paulo	55.356,99	114.859,99
Doações	1.151.152,98	1.087.692,07
Voluntariado	431.781,69	298.435,20
	5.391.762,55	3.701.046,52

Pela sua perseverança em se conseguir doações de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo produtos de consumo diário e de pronto para aplicação dentro dos seus objetivos, inclusive produtos alimentícios, a entidade pugnou e recebeu no exercício de 2022 diversas doações, as quais, em virtude de formação de suas origens, não foram acompanhadas dos competentes documentos fiscais por doação. A administração da Missão, no intuito de demonstrar sua total transparência e princípios, consultou a Auditoria Independente Externa, recebendo parecer técnico, que na ausência destes documentos (notas fiscais e outros correlatos), poderia a Instituição elaborar “Relatório Interno de Doações Recebidas Durante o Mês”, registrando; discriminação dos produtos, quantidades, valorando seus preços e identificando os respectivos doadores, concluindo com assinaturas do dirigente da Entidade. Estes produtos foram doados em sua grande maioria, pelas Igrejas Evangélicas brasileiras, deste e de outros estados da Federação. O valor dos produtos recebidos destes doadores diversos, levados a crédito da Missão Evangélica Caiuá e a débito das contas de despesas específicas atingiram a soma de R\$ 1.151.152,98 (Um milhão, cento e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos).

NOTA 25 - RECEITAS FINANCEIRAS E NÃO OPERACIONAIS

A entidade obteve no exercício Receitas Financeiras e Não Operacionais relativas à, Descontos Recebidos, Rendas S/Aplicações Financeiras, Variação Monetária e Atualização de Impostos e Bonificações e Ganhos Diversos, conforme tabela abaixo:

	2022	2021
Descontos Recebidos	2.898,78	544,8
Rendas s/ Aplicações Financeiras	10.845,43	4.978,95
Juros Recebidos	75,02	0,00
Variação Monetária	0,00	569,00
Atualização de Impostos	38,63	16,87
Bonificações	11,08	279,84
Ganhos Diversos	236.605,26	259.858,72
(-) IR Aplicação	0,00	-249,83
(-) IOF Aplicação	0,00	-712,21
(-) Perdas s/ Aplicação	0,00	-0,43
	250.474,20	265.285,71

NOTA 26 – DESPESAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

Despesas da entidade - Registram-se nesta rubrica os gastos realizados para manutenção e funcionamento da entidade, lançadas contra a apresentação de notas fiscais ou recibos dentro do regime de competência, ou lançadas através de provisões.

	2022	2021
Despesas Gerais	3.336.436,75	2.368.288,88
Doações - Hospital	375.463,56	457.348,67
Doações - Administração	295,50	134,00
Doações - Instituto	22.290,78	203.027,74
Doações - Escola	12.137,88	731,52
Doações - Campos	22.571,09	203.027,74
Doações - Assistência Social	718.394,17	203.027,74
Despesas - Conv. São Francisco	37.563,87	25.455,68
Despesas - Jurídico	7.617,11	206.559,71
Despesas Financeiras	29.442,32	22.877,52
Despesas Financeiras - São Paulo	1.305,14	1.111,30
Despesas Tributárias	32,78	1.174,45
Despesas Indedutíveis	0,00	937,09

Despesas com Voluntariado - Hospital	53.677,78	53.677,78
Despesas com Voluntariado - Instituto	152.657,36	76.034,24
Despesas com Voluntariado - Campos	225.446,57	168.723,18
Despesa não Operacionais - Perdas Diversas	57.245,98	197.082,23
Encargos do Período	116.947,34	114.175,75
	5.169.525,98	4.303.395,22

NOTA 27 - GRATUIDADES CONCEDIDAS

No atendimento as suas atividades estatutárias, a entidade, no ano de 2022, concedeu as seguintes gratuidades.

- a) Ambulatorial
- b) Hospitalar
- c) Assistência Social

Descrição	Receitas 2022	Despesas 2022	Diferença %	Receitas 2022	Despesas 2021	Diferença %
Totais	4.630.072,94	4.865.650,04	4,84%	3.587.484,82	4.173.850,74	14,04%
Sistema Único de Saúde – SUS (Contratualização)	2.807.301,12			3.077.687,37		
Doações/Produtos Recebidas	375.463,56			254.320,93		
Doações Voluntárias	53.677,76			53.677,78		
Outras Receitas	1.393.630,50			201.798,74		
Despesas Hospitalares		- 4.865.650,04			- 4.173.850,74	

Com base no quadro acima, observa-se que a entidade suporta 10,59% das despesas hospitalares com outros recursos. É necessário destacar que a clientela atendida (população indígena) vem de extrema pobreza, situação que torna imperiosa que todo atendimento seja feito gratuitamente, não tendo outros financiamentos, fazendo com que todo atendimento seja via SUS. Com a “Contratualização”, com os órgãos públicos de saúde, não supre todas as despesas hospitalares, a Missão tem arrecadado doações de diversos materiais, (ver nota 24), junto às entidades organizadas de nossa sociedade, especialmente entre as igrejas evangélicas, as quais representam 30,09% das despesas hospitalares, objetivando que seja oferecido o melhor possível aos pacientes indígenas.

NOTA 28 - VOLUNTARIADO

Alguns membros e colaboradores da entidade realizam trabalhos voluntários, tendo no ano de 2022, realizado diversas ações, cujos valores foram estimados com base em valor de mercado, conforme demonstrativo abaixo:

	2022	2021
Professores	134.943,73	62.614,86
Diretor	216.321,32	154.082,39
Enfermeiros	0,00	0,00
Missionários	0,00	0,00
Pastor	80.516,64	81.737,95
	431.781,69	298.435,20

NOTA 29 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apuração do Resultado do Exercício – O reconhecimento das receitas e despesas da entidade é realizado pelo regime de competência.

NOTA 30- TERMO DE RESPONSABILIDADE

A entidade assume inteira responsabilidade pela veracidade e fidedignidade da presente demonstração contábil.

Para efeitos de comparabilidade, as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2022, estão sendo ladeadas pelas mesmas peças contábeis em 31/12/2021.

Dourados-MS, 31 de dezembro de 2022.

GERALDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE
CPF - 117.726.621-00

ADRIANA MORELLO DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CPF - 809.843.120-72
CRC/MS-010510/O-0

PARECER DA ASSEMBLÉIA

A Assembleia da Missão Evangélica Caiuá, constituída em 25 de fevereiro de 2022 (Vinte e Cinco de Fevereiro de Dois Mil e Vinte e Dois), tendo em vista o que delibera o Capítulo III, Art. 8º, inciso I do Estatuto devidamente, resolve:

Aprovar as Demonstrações Financeiras, **BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DEMONSTRAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E NOTAS EXPLICATIVAS**, apresentadas pelo Conselho Diretor referente ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Eu, Sergio Paulo Martins Nascimento, escrevi, conferi e assino juntamente com os integrantes da presente Assembleia em 23 de fevereiro de 2023 (Vinte e três de fevereiro de Dois Mil e Vinte e três).

Dourados-MS, 23 de fevereiro de 2023.

Rev. Geraldo Silveira Filho–Presidente - IPB Presb. Roney Marcio Pessoa–Vice–Presidente IPIB Rev. Sergio Paulo Martins Nascimento–Secretário–IP

Presb. Carlos Bonamigo – Tesoureiro IPIB

Rev. Erivan Vieira de Araujo- Membro IPIB

Rev. Daniel Fogaça – Membro IPB

Presb. Flavio Sergio Arantes Pereira- Membro IPB

Presb. Zenaldo Moreira Martins– Membro IIPB

Presb. Rezembrink Martins de Lima – Membro IIPB

Rev^a. Jaqueline Regina Paes- Membro IPIB

MISSÃO CAIUA

CNPJ/MF nº 03.747.268/0001-80

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO 2022

APRESENTAÇÃO

O Conselho Fiscal, reunido nos dias 14 e 15 de abril de 2023, nas dependências do escritório da Missão Evangelica Caiuá, - Rod. Dourados Itaporã, Km 2 - Dourados – MS, com a presença dos membros do Conselho Fiscal, (IPIB) Rev Moacir Enos Rosa, Presb. Moisés Silva Junior, e pela IPB Rev. Daniel Fogaça e Presb. Johnerson Nogueira de Carvalho, para deliberar sobre Apreciação de Demonstrações Financeiras encerrado em 31 de dezembro de 2022, com vistas ao cumprimento das atribuições do Conselho Fiscal, contida no Estatuto da instituição, Art. 24, Incisos I e II, os quais definem como atribuições, respectivamente “***I – Dar e parecer sobre o balanço anual das contas da Missão Evangélica Caiuá, encaminhado pelo Secretário Executivo, podendo solicitar informações complementares que julgar necessárias ou úteis à sua deliberação; II – Fornecer pareceres sobre a gestão da Missão Caiuá, quando solicitado pela Assembleia Geral.***”

DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Iniciando a reunião no dia 14 de março de 2023, a comissão do conselho teve acessos aos referidos relatórios contábeis; Balanço Patrimonial, as demonstrações contábeis, notas explicativas, Análise das retrospectivas de 2022.

Registramos a presença dos seguintes representantes da Missão Caiuá: Reverendo Simei Ratier Mariano - Diretor Executivo da Missão, Adriana Morello da Silva Ferreira - contadora da Missão, Cleverson Daniel Dutra – Coordenador do RH e Jurídico da Missão Caiuá, Presb. Angelo Augusto Gomes dos Santos - Coordenador de Área - Administrativo Contábil e Nayara Fazan Soares, auxiliar de contabilidade, onde todos forneceram esclarecimentos a respeito dos relatórios que foram apresentados.

O Conselho fiscal após o conhecimento de todos os relatórios contábeis, que foram apresentados, estão dentro dos padrões exigidos. Em linhas gerais as observações seguem as seguintes observações abaixo relacionadas.

RELATORIO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

O DRE é muito conciso que neste relatório não reflete a realidade financeira da Missão Caiuá, apresentando superávit no valor de R\$ 472.710,79. Nos documentos abaixo relacionados encontramos outros itens que ser observados:

- a- Na análise retrospectiva em sua pag. 27 registra-se o empréstimo junto ao Supremo Concilio da IPB no valor R\$ 690.000,00, o que mostra um déficit real na demonstração de resultado do exercício de 2022, com valor negativo de R\$ 217.289,21;
- b- Referente ao estoque de sacas de soja. b1 - Se visto como investimento , detectamos um decréscimo para pagamento de despesas da missão. b2 - se visto como manutenção da Missão, nada a observar. (ver baixa real).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA - NOTAS EXPLICATIVAS

a- Referente nota 13, item L, no contas a receber com restrição e sem restrição não circulante. Nesta rubrica, trata do provisionamento financeiro para as ações trabalhistas, considerando como possíveis, com observações constantes na nota explicativa de que a contabilização em contas a receber dos convênios, no grupo de ativo circulante, é justificada, em caso de conclusão desfavorável, os valores serão arcadas pelos convênios, pelo ente governamental. Apresenta um valor para 2022 de R\$ 8.890.656,45, tendo como valor no anterior, ano 2021 de R\$ 9.131.872,88;

b- Na nota 23, em ajustes de exercícios anteriores, faz referência no valor de R\$ 23.797,71, valores esses “*decorrente de efeitos provocados por erro imputável a exercícios anteriores, cujo saldo será transferido para patrimônio social após a aprovação da Assembleia da Missão*”, que apresenta o quadro do exercício de 2022 com valor de R\$ 23.797,71, sendo que no ano de 2021 esse valor era de R\$ 82.496,99;

c- Na nota 24, no quadro de receitas entidade, realizadas através de doações de pessoas físicas e jurídicas, e de recursos originados de convênios com órgãos públicos, apresenta os seguintes resultados: 2021 com valor de R\$ 3.701.046,52 e 2022 com um valor expressivo de 45,68% maior, R\$ 5.391.762,55, conforme demonstra o quadro abaixo:

	2022	2021	%
Entidade	R\$ 2.119.988,11	R\$ 1.701.743,56	24,58
Hospital	R\$ 1.393.630,50	R\$ 235.015,24	493,00
Instituto	R\$ 75.669,90	R\$ 99.382,40	-23,86
Campos	R\$ 164.182,38	R\$ 163.918,06	0,16
São Paulo	R\$ 55.356,99	R\$ 114.859,99	-51,80
Doações	R\$ 1.151.152,98	R\$ 1.087.692,07	5,83
Voluntariado	R\$ 431.781,69	R\$ 298.435,20	44,68
Receita Financeiras	R\$ 250.474,20	R\$ 265.285,71	-5,58
Total	R\$ 5.642.236,75	R\$ 3.966.332,23	42,25

A diferença apresentada no quadro, refere-se as receita financeiras e não operacionais (nota 25, acrescidas)

d- Na nota 26 - É mensurado as despesas operacionais e não operacionais, gastos realizados para manutenção do funcionamento da entidade, apresentando os seguintes valores: no ano de 2021, com despesa de R\$ 4.303.395,22, e no ano de 2022, com despesas de R\$ 5.169.525,98.

	2022	2021	%
Despesas Gerias	R\$ 3.336.436,75	R\$ 2.368.288,88	40,88
Doações	R\$ 1.151.152,98	R\$ 1.067.297,41	7,86
Depesas financeiras	R\$ 133.207,20	R\$ 455.197,98	-70,74
Despesas Voluntariado Hospital	R\$ 53.677,78	R\$ 53.677,78	0,00
Despesas Voluntariado Instituto	R\$ 152.657,36	R\$ 76.034,24	100,77
Depesas Voluntarioado Campos	R\$ 225.446,57	R\$ 168.723,18	33,62
Encargos Periodo	R\$ 116.947,34	R\$ 114.175,75	2,43
Total	R\$ 5.169.525,98	R\$ 4.303.395,22	20,13

e- Na nota 28,descreve a respeito do voluntariado, que são membros colaboradores para a entidade que realizam trabalhos específicos para a Missão, onde se verifica um valor agregado em 2021 de R\$ 298.435,20, para um valor no ano de 2022 de R\$ 431.781,69, sendo esse um ponto positivo da gestão da Missao.

EM LINHAS GERAIS

- a- Analisando os documentos contábeis, detectamos a falta de provisionamento para possíveis futuras ações trabalhistas especificamente da Missão Caiua;
- b- Observa-se que a MEC, vem realizando contratação de missionários sob regime contratual da CLT;
- c- Falta de investimentos em propagandas e marketing da Missão missão nas áreas de mídias sociais, com vistas a ampliar e divulgar o trabalho e a função da MEC, no trabalho do hospital Indígena, assim como da educação, na obra missionaria do evangelismo d Missão, como também na formação de missionários indígena, pelo instituto Bíblico;
- d- Alertamos sobre possível aumento salarial da categoria profissional de enfermagem e demais colaboradores da área da saúde com reflexos e impactos financeiros nos custos da MEC;
- e- Foi solicitado a previsão orçamentaria para o ano de 2023, que apresentou valores expressivos, que demonstram atenção para a gestão deste ano, o qual poderá ocorrer um déficit no valor de R\$ 1.032,672,84.

Diante do que foi exposto, verifica-se que há espaço para a MEC desenvolver um grande trabalho de divulgação, com o intuito de se fazer conhecido às igrejas e a iniciativa privada afim e se obter mais contribuições que venham alavancar futuros projetos da MEC.

ANALISE E PARECER

- Considerando as explicações apresentadas pela atual Gestão validadas pelos relatórios apresentadas;
- Considerando a transparência na aplicação dos recursos dos Convênios firmados e da Gestão da Missão Caiua;
- Considerando que a Gestõ vem aplicando as normas exigidas pela Secretária Especial de Saude Indigena-SESAI do Ministério da Saúde;
- Expressamos nossa gratidão a Deus pela sua condução da direção da MEC, e sua divina pel provisão diária. Rogamos a Deus s mais ricas bençãos sobre a Assembleia da MEC na árdua condução nesta obra Missionaria.

RESOLVE

Dar o parecer favorável à aprovação das contas referentes ao exercício de 2022.

Dourados, 15 de março de 2023

Rev Moacir Enos Rosa

Presb. Moysés Silva Junior

Rev. Daniel Fogaça

Presb. Johnderson Nogueira de Carvalho

Relatório da Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração da
Missão Evangélica Caiuá
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, que compreendem o seguinte conjunto das demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa – método direto e notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, sendo todas encerradas em 31/12/2022.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ, em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), combinado com a ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalva

Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

O controle do imobilizado atual, não consegue responder com precisão pelo valor apresentado nas demonstrações contábeis;

Os estoques de medicamentos da Entidade, encontra-se sem informações confiáveis e o valor apresentado nas demonstrações contábeis, não reflete a realidade do mesmo;

O Contas a receber no ativo não circulante, referente a provisão de ações judiciais em contingências, onde a Entidade não possui quaisquer expectativas de recebimento do Governo Federal e o mesmo ser solidário nos processos judiciais, conforme opinião dos assessores jurídicos, sendo um ativo “fictício” em nosso entendimento no valor de R\$ 8.890.656; e

A Entidade não realiza a provisão de férias, 13º salário e seus respectivos encargos, o que ocasiona a existência de um passivo oculto, com um valor relevante, devido ao número de funcionários existentes.

Ênfase

Chamamos a atenção para os assuntos tratado nas notas explicativas de nº 16.1, na qual contempla sobre o seguinte assunto:

(i) A Entidade encontra-se com processos administrativos de análise de contas dos convênios firmados em 2011, concluídos. Nestes, foram apontadas glosas, tendo as mesmas sido incluídas como dívida ativa perante a União Federal, no montante até 31/12/2022 de R\$ 26.270.045, não incluídos no balanço contábil, considerando que ocorreu

a suspensão da inadimplência por determinação judicial, tendo em vista que há divergências jurídicas sobre as glosas apontadas. Os processos administrativos estão junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), em sede de tomada de conta especial, podendo ocorrer a reversão das glosas e ainda há o requerimento administrativo junto ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, requerendo a revisão da decisão, considerando a divergência jurídica existente sobre a interpretação que indica glosas de alguns elementos de despesas.

Nosso entendimento quanto ao assunto supracitado, é que a Entidade deve acompanhar o andamento das decisões futuras e caso a decisão judicial venha a “cair”, entendemos que a Entidade deve levar esta informação para balanço contábil. Nossa opinião não contém ressalva quanto ao assunto relacionado neste tópico.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nossa empresa de auditoria independente.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ◆ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ◆ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e planejamos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ◆ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ◆ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- ◆ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vila Velha (ES), 10 de março de 2023.
CSC AUDITORES E CONSULTORES LTDA.
CLAYTON CABRAL
CRC-ES nº 5.345 Contador – CRC-ES 016.383
Auditor Independente CNAI QTG 4.798
Perito Contador CNPC 7.492